



Arquivo

Vidigal: "O Brasil já fez o ajustamento possível"

Alerta a banqueiros sobre situação social

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, almoçou ontem em Nova York com 20 representantes de 11 grandes bancos norte-americanos, para pedir compreensão para os problemas que a economia brasileira ainda vem enfrentando no plano interno.

"Há dois Brasis", Vidigal revelou ter-lhes dito. "Um é o Brasil do cruzeiro, o outro é o Brasil do dólar. O Brasil do dólar vai muito bem. O Brasil do cruzeiro ainda preocupa muito".

A situação social é hoje objeto das maiores preocupações e os empresários brasileiros temem que se não houver "perspectivas imediatas de retomada do crescimento" poderão ocorrer rupturas sócio-econômicas de "consequências imprevisíveis", disse o presidente da Fiesp, em discurso aos banqueiros.

As condições para a recuperação da economia brasileira — acrescentou — esbarram na questão do volume de recursos a serem transferidos para o Exterior e, para não agravar o quadro social, ela precisa crescer no mínimo a 7%, "taxa muito elevada para os padrões dos países desenvolvidos, mas modesta para um país empobrecido, cuja população aumenta 3,2 milhões de pessoas a cada ano".

Para Vidigal, esse nível de crescimento só será possível se houver redução na velocidade de transferência de capital para o Exterior. E acentuou: "O Brasil já realizou o ajustamento que era possível. Nada mais nos pode ser exigido".

Soluções precisam ser encaminhadas, e com urgência, assinalou o presidente da Fiesp, que disse esperar dos banqueiros uma avaliação adequada da situação, "pois dessa avaliação depende a própria sobrevivência de valores e crenças que nós, como empresários, representamos, e que se encontram acima das divisões políticas e geográficas".

O presidente da Fiesp ofereceu o almoço aos banqueiros no Hotel Plaza de Nova York, onde se hospedou. Até quarta-feira esteve em Washington, assistindo a reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial.

Vidigal procurou tranquilizar os banqueiros sobre as perspectivas pós-eleitorais do Brasil, afirmando que poderá haver mudanças de política interna, mas que a política externa deve ser a mesma com Tancredo Neves ou com Paulo Salim Maluf.

"Eu lhes disse que o Brasil precisa crescer muito" — reiterou. "Se crescemos só 3% ao ano, haverá 12 milhões de desempregados no País em 1987. Foi uma conversa franca e aberta e eles parecem ter gostado."

SACRIFÍCIOS

Para o Brasil cumprir seus compromissos com os países credores — lembrou Vidigal — parcelas crescentes do produto vêm sendo negadas ao consumo e ao investimento internos, com elevados sacrifícios para a sociedade brasileira. Apesar dos expressivos resultados obtidos pelo Brasil na área externa, ressaltou, houve queda do produto e da renda *per capita* e há oito milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados no País, onde não existe seguro-desemprego.

Esse quadro não pode agravar-se, "sob pena de arriscarmos a estabilidade social, sem a qual não haverá condições de cumprirmos nossos compromissos", disse. As projeções da Fiesp, continuou, indicam que, se continuarem as condições atuais, o Brasil poderá crescer 2,8% em 1985 e 3,3% em 1986, "nímeros insuficientes para aliviar a tensão social". Com isso, prosseguiu, em 1985 haverá novos milhões de desempregados nas ruas e, em 1986, dez milhões. A cada ano, mais de 1,5 milhão de jovens chegam ao mercado de trabalho, somando-se aos que não conseguem relocação.

Mas Vidigal não falou apenas sobre resultados negativos. Discorreu também sobre o superávit da balança comercial, a redução do déficit em transações correntes, a produção de 500 mil barris diários de petróleo, a contenção das importações e a produtividade do setor industrial.

NEGOCIAÇÕES

Paralelamente ao discurso, Vidigal manifestou a opinião de que o Brasil já iniciou de modo informal as negociações com os bancos, com vistas ao reescalonamento das amortizações do próximo ou dos próximos anos e um novo empréstimo que o Brasil deverá solicitar para 1985.

Sua impressão é de que os banqueiros estão abertos à negociação plurianual. "Alguns deles pareceram claramente favoráveis ao esquema", disse Vidigal. O governo brasileiro aparentemente ainda não se definiu em torno do assunto. O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, apóia a solução, mas o ministro Ernane Galvães continua incerto a respeito de sua relevância para o Brasil.

Um novo empréstimo para cobrir as necessidades do Brasil em 1985 parece viável, segundo Vidigal depreendeu da conversa com os executivos dos bancos Chase Manhattan, Citibank, Morgan Guaranty, Manufacturers Hanover, Bankers Trust, American Express, Chemical, Republic, Bank of New York, Irving Trust e Marine Midland.

Os banqueiros consideraram a conversa tão útil, disse, que lhe sugeriram fazer o mesmo tipo de contato com membros do Congresso, do governo e das empresas, especialmente exportadoras, dos Estados Unidos.